

OS PELOURINHOS

de

LUÍS CHAVES



Págs. 25 a 29

Lista, excêses por Fernando
Pinho, 1939

COTA 219
NÚCLEO Pirinónio
REGISTRO 432/F. local
BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE MISA

XVII, por alvará de D. Pedro, depois II, ainda quando príncipe-regente; o auto da posse do concelho foi lavrado a 15 de Maio de 1675; extinto por Decreto de 24 de Outubro de 1855, o concelho foi anexado ao do Fundão, em cujo arquivo municipal devem estar guardados todos os documentos e livros.

O pelourinho de Alpedrinha é coevo da fundação do concelho. Tem, no centro da vila, a heráldica municipal, que lhe abre o sentido e a clareza de peça falante.

A estas povoações antigas, com as casas de pedra e cal, hospitaleiras no aspecto familiar, que lhes dão carácter matricial, dá o pelourinho, a velha picola do concelho, o sêto singular de monumentalidade e genealogia. E bem ufanas dêle se deviam mostrar, como velho morgado, que apresentasse o dedo com o anel brasonado, símbolo de família histórica.

As grandes cidades têm os monumentos da sua história magna e as estâtuas dos heróis, que lhes douraram a fama e a glória. As vilas, os velhos concelhos, oferecem ao orgulho inteligente dos de casa, e ao espirito culto dos de fora, o pelourinho memorial das suas regalias municipais.

Está neste caso, honrando os seus vizinhos, que o respeitam com o apreço devido aos monumentos locais, a vila de Alpedrinha. O pelourinho tem o aprumo rígido e nobre de uma página de história.

É alto, do grãoito escuro da Beira, de uma só pedra o seu fuste, alto, de seis metros. A columna oitavada sai de base paralelepípedica de quatro pedras galeadas, rasas, e sôbre o capital dórico supporta o corucheu constituído de duas partes; a inferior prismático-quadrangular, a superior tronco-piramidal, também quadrangular, encimada por esfera lisa.

A pedra prismática do corucheu ostenta do lado do Norte as armas

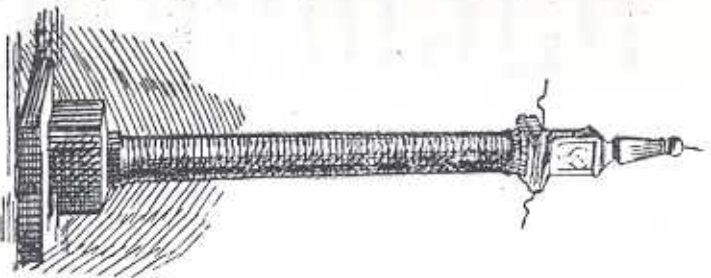


Fig. 13—PELOURINHO DE ALPEDRINHA

reais; do Nascente as iniciais P. R. (Príncipe Regente? Pedro Rei?); do Sul a esfera armilar (em muitos pelourinhos é mera fantasia); do Poente a certidão de idade AN 1675.

Conserva os ferros. Assenta sôbre três degraus, pelo que, se fosse-mos a crêr alguns fantasistas, o concelho era de mui grande importância na jerarquia municipal, pois que visem êles, no número de degraus, altura de posto. Os de Lisboa e Pôrto deveriam ter assim uma boa dezena dêles!

É do tipo de «pinha» piramidal, do esboço de agrupamento dos meus *Os Pelourinhos Portugueses* (1930), pág. 63.

Ergue-se ao fundo-da Praça, próximo ao edificio da Câmara, pesada mole granítica, possivelmente coeva do pelourinho, na melhor época do engrandecimento e lustre de veteação brosa.

Urge porém acudir-lhe. O tremor de terra de 25 de Abril de 1909 inclinou-o para o Sul, e deslocou o remate piramidal do corucheu para o Poente; a inclinação vai-se accentuando, com o gradual desnivelamento do solo, instabilizado pelo terramoto, e abalado pelo movimento cêrca do monumento. Que seja restituído ao seu porte estável, e se lhe reponham inteiramente os degraus, por três lados ocultos pelo alçamento da calçada, são os meus votos e deve ser galardão da Câmara.

E, porque trabalha na *Monografia de Alpedrinha* o sr. A. J. Salvado Moita, aguardo uma boa resenha da história do concelho beirão e a página de honra do pelourinho.

Contribuam todos em Alpedrinha para a conservação integral do monumento do seu concelho.

O pelourinho

de
Niza

Que não mencionei o pelourinho de Niza nos meus *Os Pelourinhos Portugueses*, — diz-me alguém, que pelo de Niza se empenha.

Pois não. Isto mesmo se tem dito de outros pelourinhos, — uns que desconhecia então e desconheço hoje, outros que hoje conheço. Mas nem de todos conhecidos fiz ali menção, porque se não tratava de cadastro, nem me serviram senão aqueles que poderiam dar mo-

dêto e os que confirmavam este modelo, alopado num esquema de classificação.

Todos, porém, me interessam, porque sem excepção, antigos ou modernos, blasonam a história civil do concelho a que pertenceram ou pertencem.

Sou hoje um pouco o paladino dos pelourinhos, cavaleiro-andante a quem se pede protecção para esses monumentos, incompreendidos quasi sempre. Que noticia tenho do pelourinho de tal villa, tanto de cá, como de além das águas do mar em terras açóricas? Como teria sido o pelourinho de Alhures, de que não há nota nem memória? Quereria eu completar esse outro pelourinho, de que apenas existe tal e tal fragmento? Que restouro, que Tesgnardó, que local aconselharia a este e àquele? Perguntas quasi constantes são estas.

E são tão lindos uns! E são tão rudes outros! Mas, como prendem todos, no seu porte secular, a grandeza veneranda das crónicas da nossa terra!

Reclamam agora a minha intervenção, modesta de sempre e como sempre dada com toda a lealdade e boa fé, para o pelourinho de Niza, nesse

Alto-Alentejo de comendas dos Templários e de pelourinhos em risse. Está em perigo o pelourinho de Niza, dizem-me. Não porque esteja erecto no seu local próprio, que a história e a tradição lhe marcaram. Mas, porque lhe vão roubar esse local, onde deve ser erguido de novo, para honra e glória da villa, que elle representa nas garantias e privilégios do foral.

Diante do edificio da Câmara, a Casa do Concelho, estive levantado o pelourinho, a-meio-do largo. A incompreensão cívica do monumento, o espirito destrutivo, que, em toda a parte e em todos os tempos, como hoje mesmo estamos vendo, quando se operam mudanças de regime politico, vai acompanhando as novidades, a pretensão de agradar aos corifeus do sol que desportar, fizeram apreat o pelourinho de Niza.

Nem interessa saber que vtreração foi, nem a época da triste façanha. Basta apontar: 1.º que ambiente espirital a permitiu; 2.º que se realizou. E há a bastança para salientar o erro de um momento, que foi crime de lesa-

-história, e, melhor, de lesa-concelho. Porque foi affectado o espirito de vizinhança da colectividade municipal, naquelle sentimento intimo de solidariedade, que é a continua manutenção do que foi, é e será pelos tempos fora.

E era bello o monumento desta solidariedade gremial do concelho dos vizinhos da villa de Niza.

Quantos degraus tinha, não sei. Eles têm servido de bancos publicos, no Rossio da villa, numa profanação, que não honra a Câmara da villa. Outras, que têm destruido o sinal simbólico e monumental da sua história, escondem os restos como o criminoso a quem perturba a visão do acto que praticou (Sintra, por exemplo). Em Niza patenteiam-se; e os descendentes dos que levantaram esse pelourinho e à-sombra-dêle se honravam da sua história, corou perante a cruz se persinavam em sua fé, ignoram que profanação praticam, sentando-se irreverentemente nas pedras que lhe pertenciam e o formaram.

O fuste serve, à-entrada-do mesmo Rossio, para afixação de cartazes e editais. Não era esse um desvio de função, se apenas os editais camarários nele fossem afixados, e, se o fuste estivesse no seu lugar próprio, sobre os degraus, a-meio-do largo fronteiro à Casa-do-Concelho, e não crevado no Rossio, como está. Mais um pedaco patente do corpo desmantelado do monumento municipal.

O remate e outros accessorios, a que pela forma não poderia ser dado o fim utilitário das partes mais importantes, jazem no abandono do esquecimento nos armazens de arrecadação da Câmara.

O remate é encimado pela estera armilar, evocação talvez directa do foral novo, sendo o pelourinho possivelmente quincentista, o que não posso averiguar pela exiguidade de informação, mas me convence de que o é, pelos elementos fornecidos. Como o de Vila-de-Conde, quincentista, ainda gloriosamente no seu lugar, e o de Coimbra, também quincentista, já destruido e perdido, este de Niza tem, sobre o remate e apoiado na estera armilar, um braço que empunha a espada da justiça, curva como alfanje, a lembrar o de Vila-de-Conde.

Foi's bem. Todos estes fragmentos do pelourinho existem, uns a pre-

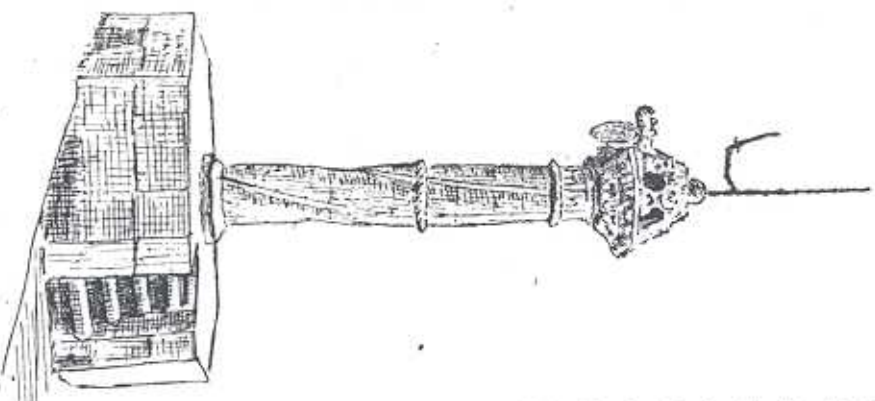


Fig. 13—PELOURINHO DE VILA-DE-COINDE, em cujo remate se vê um braço de ferro com a espada da justiça
(Cfr. com o de Niza)

cisar mais ou menos de restaurar, outros conservados como quando os apertaram. É fácil reini-los e reconstruir o monumento. Tantas câmaras, até mesmo dos arredores de Lisboa, onde mais se perdeu o brio da tradição, pela vizinhança da capital, procuram reconstruir, reconstruir, restaurar, investigar, no passado o seu pelourinho, e não há-de a de Niza imbuir-se desse espírito municipal, que renasce em Portugal todo!

Reconstituído o pelourinho, onde se há-de colocar senão onde deve estar, diante da Casa-da-Câmara? Ora a Câmara quere construir um tanque no lugar do pelourinho; é uma usurpação, que brada aos manes do céuho.

Em nome daquele direito, que a história concede a quem pisa o seu chão, e respira o seu ar, e do que o espírito nacional dá a quem sente a verdade e a grandeza do seu ensinamento, peço à Câmara de Niza que dê vida a essas pedras do pelourinho com o qual se honraram os seus de antano.

Acêrca-desta reclamação pelo pelourinho de Niza, publicou *A Voz* uma «carta aberta», extremamente gentil, que me era dirigida pelo Sr. Alfredo Subtil, da qual recorto o final, em-abôno-da reivindicacção (*A Voz*, Lisboa, 17-XI-931):

«O Pelourinho de Niza deve regressar, *tem de regressar* ao lugar que lhe pertence, seu lugar de honra, onde mãos agradecidas o fizeram erigir em tempos lidos.

«Que a Câmara de Niza mande colocar na Praça do Município um marco fontenário, como julgo ser seu intento, bête certo.

«Mas que ela não esqueça que há nessa praça uma minúscula parcela de terra, que muito se orgulharia, se hoje lhe fosse dado voltar a abrir o seu seio a essa reliquia, que tão querida foi dos nossos Avós, e que era o seu Pelourinho.

«Para V., sr. Luis Chaves, eu apelo com todo o ardor da minha alma móya, supplicando-lhe continue sendo «O paladino dos pelourinhos», o «cavalheiro» endante a quem se pede protecção para esses monumentos incompreendidos quasi sempre.

«E que o Pelourinho de Niza mereça a V. uma afecção especial.

«É tempo de fazer a rehabilitação da História, impondo a Verdade, acarinhando a Tradição.

«De V. se confessa... *Alfredo Subtil*»

O pelourinho da

Vila-do-Prado

É do viçoso Minho o arvoredor sôbre que realça o pelourinho da Vila-do-Prado, concelho antigo que foi extinto, a 24 de Outubro de 1855. Dêle nos resta, porém, essa certidão monumental que é o seu pelourinho, marca da sua jurisdição de vila com justíças próprias — «com câmara, paços do concelho, juiz e mais empregados», na expressão de Pinho Leal.

Fundada ou reedificada a vila por D. Afonso III, Carvalho da Costa atribue ao seu foral, na *Chorographia Portuguesa*, a data de 1360.

Franklin aponta o foral novo, incluído no de Pico-de-Regalados de cujo concelho e comarca fez parte a Vila da Ponte-do-Prado, ou sómente do Prado; foi também da comarca e concelho de Vila-Verde, e da comarca de Viana de Foz-de-Lima (*Memória dos forais*, Relação II, págs. 251-252; *Livro dos Forais Novos do Minho*, fl. 107). Na *Descrição do*